



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---



## **Análise da cobertura do jornal O Povo sobre a realidade da criança e do adolescente no semi-árido Cearense**

UYARA BERNARDO DE SENA, LUANA AMORIM GOMES, RENATA GAUCHE,  
LUCÍOLA LIMAVERDE

### **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura do jornal O Povo sobre a realidade das crianças e adolescentes do semi-árido cearense, fundamentado nas teorias do jornalismo, nos critérios de noticiabilidade e na discussão sobre as relações entre fontes e jornalistas. De que maneira os direitos fundamentais são retratados pelo segundo maior periódico do Ceará? O que condiciona esta cobertura e de que maneira poderemos contribuir para a divulgação dessa temática? O presente artigo pretende iniciar esta discussão a partir de uma análise primária e quantitativa para posteriormente aprofundarmos de maneira qualitativa.

### **Palavras-chave:**

Jornalismo – Infância – Noticiabilidade - ANDI.

---

## **1 - Introdução**

De que forma a realidade das crianças e adolescentes do semi-árido cearense está transfigurada nas páginas dos periódicos? O que pode qualificar um acontecimento como tema relevante a ser divulgado noticiosamente nesta região? Que condições os jornalistas têm nas redações para realizarem uma cobertura *in loco* com apuração devida de informações? Essas e outras reflexões estão presentes neste estudo realizado pela equipe da ONG Catavento, agência de notícias ligada à Rede Andi Brasil (Rede de Comunicadores pelos Direitos da Criança e do Adolescente).

A ONG Catavento Comunicação e Educação é uma entidade sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza, fundada em 1995. A Catavento foca seu trabalho na aliança entre Educação e Comunicação, acompanhando a tônica da defesa e promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do veículo rádio.

A Rede ANDI Brasil é composta por 11 agências no Brasil<sup>1</sup>. O trabalho básico consiste em realizar o monitoramento da mídia impressa sobre os direitos da criança e do adolescente. As agências acompanham e avaliam a forma como os veículos pautam a temática, enviando diariamente o resumo das principais matérias por meio de mala direta eletrônica que é composta por entidades

---

<sup>1</sup> As agências estão nos seguintes estados: Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Brasília, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná.

governamentais, não governamentais, atores sociais, jornalistas e profissionais ligados à temática. O Clipping "A criança e o adolescente na Mídia" é um dos produtos das agências. Semanalmente, as ações das entidades e organizações não-governamentais são divulgadas no boletim "Prioridade Absoluta". Outras atividades são as "Pautas em rede", com assuntos mais aprofundados enviados por todas as agências, regionalizando as informações e ainda o "Banco de Fontes" que é uma relação de fontes autorizadas e credenciadas para o contato qualificado com a imprensa. Anualmente, os jornalistas das agências realizam visitas às redações, promover seminários nas universidades e oficinas sobre a temática. Existe, por fim, o trabalho junto às organizações sociais que atuam em defesa dos direitos da criança e do adolescente a fim de que elas qualifiquem sua comunicação com a mídia e a comunidade.

*"Com esse modo de operar a ANDI se desvincula de maneira radical da abordagem dominante até hoje no plano internacional para o controle social da mídia: a das ONGs ditas watchdog ("cão de guarda"), como as que existem na Inglaterra para monitorar e processar legalmente os chamados jornais tablóides." (ANDI, 2005:25)*

Em 2007, foi colocado um novo desafio às agências por meio do projeto "Comunicação para o desenvolvimento: Mídia, Infância e Adolescência no semi-árido" - chamar a atenção da sociedade para os desafios e soluções do semi-árido brasileiro que conta com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. O projeto é realizado em aliança estratégica com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), com o apoio do Unicef.

A Agência Catavento tem realizado o monitoramento de mídia sobre a Infância e Adolescência no semi-árido cearense desde o início do corrente ano. Nesta breve pesquisa, propusemo-nos a realizar uma avaliação sobre os critérios de noticiabilidade aplicados nas matérias que abordam a temática. Selecionamos do arquivo elaborado até agora as matérias publicadas no jornal O Povo nos dois primeiros meses; janeiro e fevereiro. Selecionamos o material, seguindo os critérios de clípagem propostos pelo Manual D. Antônia elaborado pela equipe da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Devemos explicar mais detalhadamente os critérios em seguida.

Desta forma, o presente trabalho pretende avaliar a cobertura dada pelo jornal O Povo sobre os direitos das crianças e adolescentes situadas no semi-árido cearense, por meio dos critérios de noticiabilidade utilizados pelo veículo. No próximo tópico devemos conceituar esses critérios, contextualizando-os com as teorias do Jornalismo.

## **2 – Critérios de Noticiabilidade e processos de elaboração da notícia**

Neste tópico, estudamos os diversos conceitos de notícia e critérios de noticiabilidade. Nas teorias do Jornalismo, encontraremos diversas explicações e reflexões sobre o "fazer jornalístico diário", entre autores brasileiros e estrangeiros. A relação entre fontes e jornalistas é outra questão a se discutir, tendo em vista a importância que as fontes de informação têm na produção das notícias.

Para Mc Nair (apud Santos, 2003: pg. 06) existem basicamente dois interesses no estudo das mídias jornalísticas: o impacto que os mesmos têm nas atividades da sociedade e os determinantes sociais do produto jornalístico. Quer dizer, o primeiro pretende compreender, por meio de estudos de recepção, geralmente, a influência das mídias nos processos em sociedade, sejam políticos ou culturais. O segundo discute os elementos que provocam os fatos a serem transformados em notícia, a organização do trabalho jornalístico no processo de produção das notícias e a relação dos profissionais de mídia com as fontes.

## 2.1 - As Teorias do Jornalismo

Com base em Traquina (2002), estudamos as principais teorias, realizando um apanhado geral das reflexões sobre as notícias. A teoria mais antiga do jornalismo, a *teoria do espelho*, afirma que as notícias são o espelho da sociedade. Os jornalistas são comunicadores sem interesses políticos ou ideológicos e têm de informar e procurar a verdade dos fatos. Com este paradigma, o jornalista deve ser um observador relatando com honestidade e equilíbrio os fatos sem emitir opiniões pessoais.

Na década de 50, a teoria da ação pessoal ou a *teoria do gatekeeper* definiu o processo de produção de informação como uma série de escolhas onde as informações passam por diversos *gates*, ou seja, portões, ou filtros. Quer dizer, o jornalista tem diariamente que escolher e tomar a decisão do que deve ser noticiado. A teoria do *gatekeeper* propõe igualmente uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico, baseando-se no conceito de seleção, minimizando e limitando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias, (TRAQUINA, 2002: 79).

Ainda na década de 50, a *teoria organizacional* trata destas outras forças antes não descritas. Breed (apud Traquina, 2002: 80) situa o jornalista na organização para a qual trabalha. Assim, apresenta os constrangimentos organizacionais pelos quais o profissional passa para atender às expectativas da política editorial. Para ele, os elementos editoriais não são ensinados, mas, seguidos por todos os que fazem parte da organização jornalística. A linha editorial é incorporada ao trabalho jornalístico “por osmose”, segundo o autor.

O autor aponta seis fatores que promovem o conformismo do profissional com a política editorial: a autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de obrigação e estima com os superiores; as aspirações de ascensão; a ausência de grupos em conflito; o prazer na atividade; as notícias como valor essencial e comum.

Breed (apud Traquina, 2002: 83) identifica cinco fatores que delimitam a possível área de influência dos jornalistas no conteúdo editorial: as normas nem sempre são claras e definidas; os diretores podem não dar atenção aos entrevistados ou às perguntas feitas pelos jornalistas; a seleção ou não de estórias a serem noticiadas confrontadas com o material dos jornais concorrentes e a ousadia dos empregados de maior credibilidade.

Traquina (2002) aponta que a *teoria organizacional* compreende os vários influenciadores da produção noticiosa, passando pela direção dos jornais, pelos recursos empreendidos pela empresa, pela dinâmica de trabalho, ou seja, pela cultura organizacional.

Numa nova fase de investigação e estudo sobre jornalismo, por volta dos anos 60, a *teoria da ação política* reconhece as implicações políticas e sociais da atividade jornalística. Com isso, nota-se a capacidade das mídias em exercer um certo poder nas instituições da democracia. Assim, os estudos da parcialidade têm como objeto a análise de conteúdo sobre as coberturas, principalmente de eleições e assuntos políticos. (Traquina, 2002: 88-89).

Nos anos 70, surge a *teoria construtivista* que concebe as notícias como uma construção. Ou seja, a apreensão dos fatos pelo jornalista é uma construção da realidade social. Para a teoria, a linguagem não pode ser neutra e as mídias estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos (Traquina, 2002: pg. 95). A dimensão cultural é posta em evidência, já que as notícias são acontecimentos que devem chegar aos ‘*mapas de significado*<sup>2</sup>, que correspondem ao conhecimento cultural dos receptores. Desta forma, a identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos são pré-condições para as mídias tornarem inteligível, aos leitores, o mundo a que fazem referência.

---

<sup>2</sup> Mapas de significado são os conhecimentos gerais do senso comum, que fazem referência à cultura dos receptores de informação.

Ainda na década de 70, a *teoria estruturalista* revisa a *teoria da ação política*, reconhecendo a autonomia relativa dos jornalistas em relação a um controle econômico direto. Stuart Hall e seus co-autores (apud Traquina, 2002: 101) definem que as mídias têm-se transformado num aparelho do próprio processo de controle – “um aparelho ideológico do Estado”. Quer dizer, existe uma sintonia entre a ideologia das mídias e a dos que fazem parte das classes dominantes<sup>3</sup>.

Já na década de 80, a *teoria interacionista* definiu que os acontecimentos são um universo de matéria-prima a serem escolhidos para se tornarem notícia. Essa escolha depende da definição do que é notícia e de critérios de noticiabilidade.

*"Noticiabilidade corresponde a um conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias"* (Wolf, apud Vizeu; ano: 81).

## 2.2 – Notícia e critérios de noticiabilidade

O sociólogo alemão Max Weber, em 1918, escreveu sobre as notícias, comparando a atividade jornalística com qualquer outro trabalho intelectual quanto à exigência de inteligência. Para ele, a notícia é “a política no âmago da sociedade” (Weber, apud Vizeu: 2002; 65). Quer dizer, não se pode desvincular o jornalismo da importância de noticiar os fatos da política.

Para os autores brasileiros, a “alma” do jornalismo é a notícia. O jornalismo é o estudo do processo de transmissão de informação, através de veículos de difusão coletiva, com características de atualidade, periodicidade e recepção coletiva (Weber apud Vizeu 2002: 68).

Esses autores vêem o Jornalismo como uma técnica, mas pesquisadores como Marcondes Filho apontam-no como uma produção social de segunda natureza, funcional à manutenção do capitalismo. Marcondes acredita que a notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (Marcondes Filho, apud Vizeu: 2002: 70).

Definir o que é importante noticiar, para muitos autores, é um ato subjetivo. Esta definição deve seguir um elemento central da cultura jornalística para facilitar a complexa e rápida elaboração das notícias: os valores-notícia. Eles são as referências utilizadas pelos profissionais para definir o que deve ser noticiado. Os estudos de jornalismo têm afirmado que as notícias apresentam um padrão geral estável e previsível. Isso se deve à existência de critérios de noticiabilidade antes citados e agora revistos.

Traquina (2002) apresenta os valores-notícia distinguindo-os em valores de seleção e de construção. Os estudiosos Galtung e Ruge, Ericson, Baranek e Chan não fazem essa classificação, apesar de terem apontado os primeiros critérios de noticiabilidade estudados. Na teoria da comunicação, Mauro Wolf identificou esta distinção adotada por Traquina.

*"Os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia, e esquecer outro acontecimento. Os valores-notícias de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção".* (Wolf, apud Traquina, 2002: 186-187).

---

<sup>3</sup> Esta teoria tem referência nos conceitos do marxismo, inclusive baseia-se na definição de hegemonia de Gramsci na qual os media têm papel crucial.

São critérios de seleção substantivos: *a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, o tempo, a efeméride, a notabilidade, a quantidade, a inversão, o insólito, a falha, o excesso ou a escassez, o inesperado, o mega-acontecimento, o conflito, o escândalo.*

A *notoriedade* do agente principal do acontecimento é importante. Os atos de pessoas da elite são transformados em notícias. A *proximidade* diz respeito à área geográfica onde se passa o acontecimento de forma que interesse culturalmente aos leitores. A *relevância* corresponde à preocupação de informar o que é importante e que tem impacto sobre a vida das pessoas. A *novidade* é outra questão central. Só se divulgam os fatos, ou se retoma um assunto esquecido se há informações novas a acrescentar no que é de conhecimento de todos. O *tempo* é utilizado como notícia, quando se trata de datas comemorativas ou de prazos espirados para soluções de problemas. A *efeméride* dá conta de aniversários de problemas que não foram solucionados, ou de acontecimentos importantes.

Entre os outros critérios de seleção substantivos estão a *notabilidade* que é a qualidade de ser visível, tangível. Isso nos mostra quanto o jornalismo está voltado para acontecimentos e não para problemáticas. Ou seja, pode se saber que existem os problemas, mas só se tornam notícias se acontece algo de extraordinário para trazê-los à tona. A quantidade de pessoas que o acontecimento envolve é outro valor. A *inversão* e o *insólito*, associados à *falha* são outros valores, constituem os fatos imprevisíveis, que fogem à normalidade. Podem ser, portanto, os casos de corrupção, os acidentes. O *excesso* ou a *escassez* são importantes por terem efeito sobre a vida das pessoas, quando chove muito ou pouco, por exemplo.

Já o *inesperado* e o *mega-acontecimento* que podem modificar a rotina diária são valores-notícia que provocam mudanças inclusive nas redações. O *conflito* diz respeito às violências físicas ou simbólicas, uma briga entre políticos, por exemplo. Já o *escândalo* aparece como valor-notícia de atos do poder público.

É importante frisar que esses critérios dependem da natureza consensual da sociedade, quer dizer, baseiam-se nos consensos criados e mantidos socialmente, na cidade, no estado, no país. Stuart Hall (apud Traquina 2002, 194) refere-se aos valores-notícia como um mapa cultural do mundo social. Ou seja, as notícias advêm dos mapas de significado dos leitores, antes definido. Para Hall (apud Traquina 2002, 194) existe uma estrutura profunda na qual se encontram as noções de consenso da sociedade, do que se define como norma ou desvio.

Os critérios de seleção contextuais são: *a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência e o dia noticioso.* Sendo a *disponibilidade* compreendida como a facilidade de se fazer a cobertura. O *equilíbrio* refere-se à quantidade ou incidência que o assunto saiu nas outras empresas jornalísticas. A *visualidade* está ligada à existência de elementos visuais, imagens para fotos ou filmes. A *concorrência* diz respeito à disputa entre os meios de comunicação para noticiar com rapidez e exclusividade. O *dia noticioso* é um dia em que os eventos disputam entre si quais serão cobertos ou não, já que há dias em que se tem muito a noticiar e outros em que não se tem quase nada.

Ainda de acordo com Traquina (2002), os valores-notícias de construção são a *amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.* A *amplificação* compreende a abordagem dos fatos pelo enquadramento mais generalizado ou amplo. Os enquadramentos são sugeridos através de metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições e imagens, quer dizer símbolos de condensação, de acordo com Gamson (apud Traquina, 2002: 200). A *relevância* é importante porque os fatos devem ter impacto sobre os leitores. A *personalização* é a identificação de um personagem principal do fato. A *dramatização* faz referência ao drama, aos sentimentos de dor ou alegria do ocorrido. A *consonância* é a idéia de que o fato deve estar inserido em outra narrativa já

estabelecida. Esses critérios dizem respeito ao contexto em que se inserem para que as notícias sejam notadas e assim consumidas pelos leitores.

Ou seja, estamos falando sobre o agendamento midiático. O fenômeno, identificado como *agenda setting* por teóricos da comunicação consiste na imprensa, a partir de suas pautas, dizer e sugerir à sociedade sobre o que pensar. A *agenda setting* tem sua importância atual porque está diretamente relacionada com a possibilidade de promover juízo razoável sobre as matérias que são objetos de tais discursos, os assuntos públicos (ESTEVEZ, 2003: 48).

## 2.2 – A relação entre jornalistas e fontes

As notícias produzidas dependem das fontes, por isso estão diretamente ligadas. A rede está relacionada aos critérios de noticiabilidade, por ser composta por representantes de diferentes interesses e setores da sociedade.

A lógica segue a seriedade na relação entre jornalistas e fontes e no investimento que é feito pelo seu cultivo. De acordo com a definição de Traquina (2002:116), fonte é um indivíduo que o jornalista observa ou entrevista, e que fornece informações. Potencialmente, pode ser qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto.

Apesar de qualquer pessoa servir como fonte, existem os interesses envolvidos na relação com os jornalistas para divulgarem os fatos. Então, cabe aos jornalistas a avaliação das melhores fontes a serem ouvidas, já que é delas de onde surge o conteúdo das notícias. Desta forma, as fontes são avaliadas de acordo com a autoridade, a produtividade e a credibilidade. Esses critérios seguem o padrão de confiança que se estabelece na relação constante com os jornalistas.

Molotch e Lester (apud Santos, 2003: pg. 21) estudam os diversos agentes sociais presentes nas notícias. O “acontecimento público” é definido como uma ocorrência desenvolvida por grupos ou agências. Eles o constroem por meio de rotinas organizacionais. Os agentes estão divididos em promotores, que seriam os jornalistas, editores e repórteres produtores de informação e os consumidores que lêem ou observam os conteúdos noticiosos.

O trabalho de ascensão de simples ocorrência a acontecimento público nasce do interesse dos promotores, que incluem os jornalistas. Isto devido a que jornalistas e fontes de informação têm necessidades de acontecimento, aqueles porque têm um produto diário a editar, estas porque precisam de distinção e visibilidade perante a concorrência de outras fontes (Santos, 2003: 21).

Os autores definem quatro tipos de acontecimento: rotina (uma realização esperada e intencional), acidente (inesperado, ao contrário do primeiro), escândalo (torna-se ocorrência quando é divulgado por alguém oriundo de instituições, geralmente) e acaso (histórias menos recorrentes, provenientes de descobertas).

Nos estudos sobre a relação entre fontes e jornalistas temos dois conceitos fundamentais: o lugar de permanência e a ronda. O lugar de permanência é o espaço social a que o jornalista pertence e de onde surgem diária e cotidianamente informações de diversas fontes. Isso atende e mantém o fluxo diário de notícias. As rondas são decorrentes da relação que se estabelece entre as fontes e os jornalistas nos lugares de permanência. Assim, a ronda caracteriza-se pela constante busca de dados, e ao mesmo tempo a estabilidade de estar disponível para receber e divulgar informações. Ambos são fundamentais para se detectar os acontecimentos.

Percebemos que a notícia decorre de uma série de fatores e de diferentes valores-notícia. Mas, dependem sobremaneira da relação entre jornalistas e fontes de informação, que estabelecem uma negociação constante. A partir destas percepções, no próximo tópico analisaremos a cobertura do jornal O Povo sobre os direitos da criança e do adolescente no semi-árido cearense.

### 3 – Análise da cobertura do jornal O Povo sobre a criança e o adolescente no semi-árido

Com base nesta fundamentação teórica, propomos neste tópico uma análise da cobertura noticiosa do jornal O Povo, analisando quantitativamente a cobertura sobre a realidade da criança e do adolescente no semi-árido cearense.

Para definirmos as matérias escolhidas para análise, utilizamos os critérios de clippagem utilizado pelas agências ligadas à Rede Andi, descritos no Manual D. Antônia<sup>4</sup>.

O *Manual D. Antônia de Clippagem, Inserção e Classificação - 2005* é um documento criado pela ANDI para possibilitar a realização do monitoramento da mídia impressa sobre o universo da infância e adolescência. Para determinar que matérias devem ser selecionadas como referentes ao universo da Infância e Adolescência, foram definidos sete critérios de clippagem: tamanho<sup>5</sup>, palavras-chave<sup>6</sup>, referência ao passado de adultos, limite de idade (até 18 anos), acesso ao ensino superior, divulgação de programas governamentais ou sobre personagens, filmes e celebridades relacionados à Infância ou Adolescência.

É preciso contextualizar o leitor sobre o jornal escolhido - O Povo. O jornal surgiu, em 1928, a partir dos ideais republicanos de seu fundador Demócrito Rocha, quando Fortaleza vivia um período histórico importante, que antecedeu a Revolução de 30. Atualmente, o grupo empresarial é composto por empresas de comunicação, com as emissoras de rádio AM do Povo-CBN, as FMs Maxxi e Calypso e, mais recentemente, o Portal Noolhar.com. O jornal O Povo atinge às classes A e B, sendo a faixa etária predominante composta por leitores de 35 anos ou mais. Demócrito Rocha Dummar Filho, diretor de circulação do O Povo, afirma que o jornal prioriza e privilegia a distribuição na Grande Fortaleza, por uma questão de custo-benefício. O jornal O Povo tem diminuído suas vendas devido, entre outros problemas, às dificuldades de distribuição.

#### 3.2 – Análise de conteúdo

Selecionamos 28 matérias a serem analisadas, sob o aspecto dos critérios de noticiabilidade e de um Protocolo de Análise dos elementos essenciais ao texto jornalístico: Gênero, Temática, Fontes Ouidas, Fotografia, Assinatura. Os critérios de noticiabilidade adotados nesta cobertura, de acordo com a definição de Traquina (2002) estudada no tópico anterior, são principalmente os critérios de seleção. Os critérios mais utilizados são *Novidade, Conflito, Quantidade, Relevância e Insólito*. (ver tabela 01)

<sup>4</sup> Manual tem este nome, fazendo referência a uma funcionária da ANDI.

<sup>5</sup> O tamanho dos textos para serem considerados matérias é de, no mínimo 500 caracteres. Entre esses, só os textos que possuem o mínimo de 200 caracteres sobre assuntos direta ou indiretamente ligados à infância e/ou à adolescência.

<sup>6</sup> Entre as palavras-chave temos aquelas diretamente ligadas à temática, indiretamente ligadas ou genéricas. Por exemplo, as referências diretas são crianças e adolescentes, ou mesmo menino, infantil. Indiretamente relacionam-se a ambientes ou pessoas ligadas à infância e adolescência. Neste caso, são selecionadas matérias em que apareçam palavras como professor, escola, maternidade, educação, pediatria. Os termos genéricos são aqueles que podem ou não ter relação com crianças e adolescentes, como mãe, família, jovem e filho.

Tabela 01

<b>Crítérios de Seleção</b>	<b>Quantidade</b>
Novidade	24
Conflito	21
Quantidade	17
Relevância	14
Insólito	11
Notabilidade	7
Proximidade	7
Notoriedade	7
Inversão	5
Excesso/Escassez	3
Escândalo	3
Inesperado	2
Falha	2
Efeméride	1

Devemos observar, portanto, a opção em noticiar os direitos da criança e adolescentes como notícias rápidas, breves e sem aprofundamento. Outra característica encontrada é a incidência de matérias sobre violência e conflitos, mortes e assassinatos, por exemplo, envolvendo crianças e adolescentes. Outro aspecto importante de destacar é a aparição de fatos esdrúxulos, que fogem à normalidade da sociedade, tais como o abuso de criança por padrasto.

No que diz respeito aos critérios contextuais, notamos, apenas dois critérios: *disponibilidade e equilíbrio*. (ver tabela 02) Percebemos o tom oficial dos textos, podendo inclusive sugerir que sejam oriundos de *press-releases* dos órgãos governamentais.

Tabela 02

<b>Crítérios Contextuais</b>	<b>Quantidade</b>
Disponibilidade	20
Equilíbrio	1

Quanto aos critérios de construção, identificamos a *dramatização, relevância, amplificação, e consonância* (ver tabela 03). Os textos apresentam um tom de espetacularização, ao entrevistar parentes das vítimas ou mesmo sobre os assuntos relacionados a acesso a terra, o drama está presente.

Tabela 03

<b>Crítérios de Construção</b>	<b>Quantidade</b>
Dramatização	17
Relevância	10
Amplificação	2
Consonância	2

### 3.2.1- Gênero jornalístico

Quanto ao gênero jornalístico optamos por analisar apenas os textos informativos, excluindo, portanto, os artigos, colunas, charges, editoriais e demais textos opinativos. Entre as matérias analisadas identificamos notícias e reportagens, seguindo os conceitos apontados anteriormente. (ver tabela 04)

Tabela 04

<b>Gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Notícia	24	85,71
Reportagem	4	14,28

Na primeira categoria, a notícia, incluímos as peças que pretendem relatar os fatos recentes, as informações que despertam o interesse do leitor, rapidamente, respondendo às seis questões básicas do *lead*: o que, quem, como, quando, onde, por que. Na segunda categoria, temos a reportagem, que demanda maior elaboração e envolvimento dos jornalistas em sua produção.

Percebemos um maior investimento dos jornais em noticiar brevemente os fatos, confirmando a idéia de reconhecer, nas notícias, produtos a serem consumidos amplamente pelos leitores. Daí a opção dos editores em oferecer predominantemente matérias breves, sem aprofundamento e sem discussões sobre os seus desdobramentos. Além da necessidade de deslocamento de um maior número de profissionais ou de um tempo maior de trabalho, a elaboração de reportagens exige também uma maior investigação.

### 3.2.2 – Tema tratado

Como já mencionamos anteriormente a Violência é temática recorrente na cobertura sobre a realidade da Infância no Semi-árido cearense. Em seguida, observamos a abordagem sobre o direito à Educação, trazendo informações sobre o acesso a esse direito como a construção de centros tecnológicos, escolas de ensino superior ou denúncias. O acesso à terra é o terceiro tema, quando manifestações são realizadas. (ver tabela 05)

Tabela 05

Temática	Quantidade	% total
Violência	12	42,85
Educação	5	17,85
Acesso à terra	4	14,28
Saúde	2	7,14
Conselho	1	3,57
Violência Sexual	1	3,57
Turismo	1	3,57
Trabalho Infantil	1	3,57
Cultura	1	3,57

### 3.2.3 – Fontes ouvidas nos textos

Sobre as fontes, notamos a incidência maior de fontes oficiais, entre elas, delegados, policiais, secretários de governo e prefeitos. Em seguida, temos os civis, familiares de vítimas, testemunhas dos crimes, transeuntes. É bom destacar a atenção dada a representantes da Sociedade Civil, nas matérias referentes aos direitos essas fontes são ouvidas. (ver tabela 06)

Tabela 06

Fontes	Quantidade	% total
Oficiais	33	62,26
Civil	10	18,86
Sociedade Civil	7	13,20
Adolescente	1	1,88
Conselho Tutelar	1	1,88
Igreja	1	1,88

### 3.2.4 – Fotografias

Sobre as fotografias, é bom destacar que apesar das fotografias serem utilizadas, não se tratam de fotografias espetaculares, mas apenas meramente ilustrativas. Tendo em vista, que temos material sobre violência o jornal optou por não ilustrar essas matérias. (ver tabela 07)

Tabela 07

Fotografia	Quantidade	% total
Sim	17	60,71
Não	11	20,75

### 3.2.5 – Assinatura do texto

Sob o critério da assinatura do texto, a maior parte é assinada. O jornalista responsabiliza-se portanto sobre as informações que divulga em 60,71% das matérias. (ver tabela 08)

Tabela 08

Assinatura	Quantidade	% total
Sim	17	60,71
Não	11	20,75

Concluimos, portanto, que muito ainda há de se fazer para ilustrar e divulgar a garantia ou não dos direitos das crianças e adolescentes no semi-árido cearense. Esta região, por diversas questões já expostas carece de uma cobertura propositiva, que vislumbre soluções para a ação do Poder Público.

## 4 – Bibliografia consultada

- BONAVIDES, Paulo. *Demócrito Rocha, uma vocação para a liberdade*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José. (orgs.) *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOS, Rogério. *Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*. 1ª ed. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. *O que é jornalismo*. 1ª ed. Lisboa: Editora Quimera, 2002.
- VIZEU, Alfredo. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Tese de dissertação. Recife: 2002. Disponível em [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em 08/05/2005.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Algés: Difel Editora, 1997.
- ANDI. *Da Árvore à Floresta: a história da Rede ANDI Brasil*. 1ª edição: Brasília: ANDI, 2005
- SENA, Uyara Bernardo de. Trabalho de Conclusão de Curso *A Cobertura do Escândalo da Merenda Escola - Uma Análise Comparativa do O Povo e Diário do Nordeste*. 2005.